

Por que diversas lideranças evangélicas não querem enfrentar efetivamente a questão dos atos de intolerância religiosa cometidos por evangélicos no Brasil?

Em 2016, um pastor evangélico proeminente, de uma grande igreja evangélica histórica aqui da cidade de São Paulo, não aceitou participar de um documentário a respeito da intolerância religiosa sofrida pelos adeptos das religiões afro-brasileiras (ou religiões brasileiras de matrizes africanas). Este pastor queria falar somente a respeito da intolerância religiosa sofrida pelos evangélicos sem mencionar a intolerância sofrida pelos adeptos das religiões afro-brasileiras.

Há casos de líderes evangélicos que supostamente são contra qualquer tipo de intolerância religiosa, mas não querem ter suas imagens associadas à defesa dos adeptos das religiões afro-brasileiras, como é o caso do pastor citado acima. São líderes que temem perder algum prestígio dentro do meio evangélico, temem perder fiéis, e priorizam somente a defesa pública das igrejas evangélicas. Inclusive há um pastor e parlamentar evangélico, também da cidade de São Paulo, que só se dispõe a apoiar indiretamente algumas iniciativas em prol dos religiosos afro-brasileiros, por meio de seus assessores, mas não quer que seu nome esteja envolvido. No entanto, trata-se de um parlamentar que é autor de diversos projetos de lei que defendem os interesses dos evangélicos.

Quando há comoção nas redes sociais por conta de ataques a terreiros ou templos afro-brasileiros, sempre vemos manifestações de evangélicos no sentido de desqualificar a solidariedade aos candomblecistas e aos umbandistas. Estes evangélicos supõem que isto é hipocrisia, supõem que só há comoção em relação aos adeptos das religiões afro-brasileiras e nunca em relação aos evangélicos.

A reação dos evangélicos é ainda mais forte quando apontamos que a maior parte dos atos de racismo e de intolerância contra os adeptos das religiões afro-brasileiras é cometida por indivíduos e por grupos evangélicos. Diversas pesquisas indicam que o aumento da intolerância religiosa no Brasil está relacionado, entre outros fatores, com o crescimento dos evangélicos pentecostais. Ao ler um artigo que aborda isto, um pastor evangélico enviou a seguinte mensagem: “Isso já é intolerável falar de pentecostalismo. Imagine que os pentecostais são os que mais trabalham com a classe mais pobre e a maioria dos pastores são negros. Artigo intolerante”.

Há ainda o exemplo da lei paulista de liberdade religiosa (17.346), sancionada em 12 de

março de 2021, de autoria de uma deputada evangélica de São Paulo. É decepcionante constatar que esta lei, em nome da liberdade religiosa, vai no sentido de beneficiar as igrejas evangélicas e não enfrenta efetivamente o problema do racismo e da intolerância que atinge principalmente as comunidades religiosas afro-brasileiras.

Não se pode supor que a defesa de uma liberdade religiosa genérica, concebida a partir de perspectiva católica ou evangélica, é capaz de enfrentar os problemas cotidianos das diversas comunidades religiosas afro-brasileiras e de outros grupos religiosos minoritários. Os evangélicos caminham para se tornar o maior grupo religioso no Brasil e possuem muitos representantes legislativos, não faz sentido ainda considerá-los como grupo religioso minoritário.

A ideia que está presente de alguma forma em todos esses exemplos citados acima é a ideia de que não se pode defender um grupo injustiçado sem defender algum outro grupo que também é injustiçado, especificamente o dos evangélicos. Trata-se de uma ideia equivocada. Quando há algum movimento no sentido da defesa dos adeptos das religiões afro-brasileiras, que é o grupo que mais sofre com o racismo e com a intolerância religiosa no Brasil, todos os outros grupos religiosos também são beneficiados. Outra ideia equivocada é supor que a liberdade religiosa pode ser concebida somente a partir das perspectivas dos maiores grupos religiosos. Não. A liberdade religiosa deve ser concebida no sentido de garantir principalmente a existência e a valorização dos grupos religiosos minoritários.

A liberdade religiosa não deve ser utilizada como desculpa para grandes grupos religiosos se voltarem contra os minoritários, não deve ser utilizada para indivíduos e grupos evangélicos demonizarem as religiões afro-brasileiras. Neste sentido, as lideranças evangélicas precisam se posicionar claramente, precisam enfrentar todos os atos de racismo e de intolerância cometidos pelos próprios evangélicos, não basta apenas a defesa de qualquer concepção de liberdade religiosa genérica.

Referências:

Fiorotti, S. *É preciso combater a intolerância religiosa na educação básica*. In: Observatório da Imprensa, São Paulo, v. 1021, 22 jan. 2019.

Fiorotti, S. *Intolerância religiosa dos evangélicos na educação básica: breve análise de alguns casos*. In: Territórios: Revista de Educação, v. 5, n. 9, 2019, pp. 213-231.

Fiorotti, S. *Lei paulista de liberdade religiosa beneficia evangélicos e não enfrenta a*

*intolerância religiosa*. In: A Pátria, Funchal, 30 nov. 2020.